

COVID-19 propicia crise generalizada na economia nacional e global

O mundo caminha de forma acelerada ao fechamento quase que total (Lockdown) para se livrar do novo Coronavirus consciente das consequências da crise económica e social que estas medidas representam para um futuro já à porta. As medidas mais comuns que se vão tomando ao nível dos governos são de fechamento de fronteiras, do comércio geral, isolamento e distanciamento sociais.

A graça desta luta seria o mundo livrar-se da pandemia do COVID-19 e depois tomar medidas urgentes para recuperar a economia ferida. O pior será a pandemia resultar numa guerra prolongada e acompanhada da crise económica que a Organização Mundial do Comércio (OMC) vaticina ser a pior que a de 2008. Pág. 3-5



Decisões do Banco de Moçambique face à COVID-19



Rogério Zandamela

Governador do Banco de Moçambique

- ⇒ Reduzir em 150 pontos base os coeficientes das Reservas Obrigatórias em moeda nacional e em moeda estrangeira, com efeitos a partir do período de constituição, 7 de Abril de 2020.
- ⇒ Introduzir linhas de crédito em moeda estrangeira para os bancos e relaxamento das condições de reestruturação dos créditos dos clientes bancários.
- ⇒ Introduzir uma linha de financiamento em moeda estrangeira para as instituições participantes no Mercado Cambial Interbancário, no montante global de 500 milhões de dólares norte-americanos, por um período de nove meses, a partir do dia 23 de Março de 2020.
- ⇒ A partir do dia 23 de Março até 31 de Dezembro de 2020, autorizar a não constituição de provisões adicionais pelas instituições de crédito e sociedades financeiras nos casos de renegociação dos termos e condições dos empréstimos, antes do seu vencimento, para os clientes afectados pela pandemia do COVID-19, com efeitos.
- ⇒ Saiba mais nas páginas 3 e 4

Editorial



Dilema na Economia Mundial: Mercados ou Isolamento?

A economia mundial vive, actualmente, um dos momentos mais difíceis da sua história moderna. De facto, não há registo de, após as duas grandes guerras mundiais, a economia mundial ter passado por uma necessidade de bloqueio da sua actividade comparável com as medidas de *lockdown* causadas pelo Covid-19. Se, por um lado, a necessidade da abertura dos mercados é importante para o funcionamento de qualquer economia; por outro, urge adoptar medidas de isolamento físico e social para conter a disseminação do Covid-19; o que inevitavelmente, levará a uma forte retração na actividade económica. É evidente que há muito que não se sabe sobre o Covid-19 e que ainda seja um território desconhecido para a sociedade moderna. No entanto, algumas lições já são conhecidas ou, no mínimo, já é possível saber o que fazer de

questionar o grau de relevância dos mercados. Um dos aspectos que mais chama a atenção nas medidas de *lockdown* adoptadas em todo o mundo é a divisão do que é mais essencial e o que é menos essencial. Neste aspecto, parece ser consensual entre os decisores de políticas públicas que somente mercados associados a produtos alimentares (supermercados e alimentos), saúde (hospitais, farmácias e medicamentos) e transportes (energia e combustíveis) sejam os mais essenciais em qualquer sociedade. Todos os restantes mercados seriam classificados como menos essenciais.

Para os economistas, bens e serviços essenciais são aqueles que apresentam qualquer uma das seguintes qualidades: (i) elasticidade-rendimento positiva (bem normal) e inferior a 1 ou (ii)

desinfectantes de mãos, por exemplo, não eram bens essenciais há alguns meses atrás, agora são. Logo, torna-se importante para os decisores de políticas públicas considerar estas definições na adopção de medidas de contingência em tempos de crise.

Existe um consenso que a necessidade de isolamento físico e social para conter a propagação do Covid-19 exige aceitar uma forte diminuição na actividade económica. Estima-se que a paralisação da economia gerada por esta pandemia reduza a economia global em cerca de 2,2%, em 2020. As previsões de crescimento económico para 2020, nas 20 maiores economias, passaram de taxas de crescimento positivas para taxas de crescimento negativas, em quase todos os países. O custo económico das medidas adoptadas para conter a propagação do Covid-19 resultam em perdas que ultrapassam cerca de 9 trilhões de dólares, o que representa aproximadamente 43% do Produto Interno Bruto anual do país mais rico do mundo. Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), estima-se a erradicação de quase 25 milhões de empregos em todo o mundo. Esta previsão ultrapassa os efeitos da crise financeira global de 2008-2009, que aumentou o desemprego em todo o mundo em 22 milhões de pessoas.

Por outro lado, também parece ser consensual que abandonar as medidas de isolamento físico e social à esta altura, poderia agravar o impacto económico no futuro, na visão de que isolamento agora evitará piores danos à economia no futuro. Em contramão a este pensamento, também poderá existir a visão de que a escolha no presente seja priorizar os mercados, colocando os lucros acima das vidas. De todos os pensamentos, a pandemia do Covid-19 parece ter ressuscitado um dos maiores debates seculares da história moderna, sobre a real importância da Saúde (cujo ganho está na vida humana) e dos Mercados (cujo ganho está no lucro). Portanto, atendendo ao mercado globalizado em que todos os países vivem, as expectativas para o crescimento económico de Moçambique para o ano 2020, de animadoras no final de 2019, passaram a incertas, no presente momento. A combinação de políticas fiscais e monetárias adoptadas recentemente como plano de contingência para combater a propagação do Covid-19 parecem apenas tentar corrigir o momento e não gerar efeitos reais no nível do crescimento económico.



www.shutterstock.com · 1622495458

forma imediata, com base no que aconteceu durante os primeiros 3 meses da sua propagação em vários países.

Uma das medidas amplamente adoptadas em todos os países do mundo tem sido a imposição de um isolamento físico e social, o que, naturalmente, periga o funcionamento dos mercados, pelo menos dos mercados físicos. Os mercados virtuais e electrónicos talvez sejam menos afectados com isolamento físico e social, embora também dependam de entregas (*deliveries*), que são realizadas fisicamente. Como é evidente que o isolamento físico e social restringe o funcionamento dos mercados, cabe

elasticidade-preço menor que 1 (bem comum com demanda inelástica). A primeira destas classificações significa que um bem ou serviço será essencial quando a sua demanda variar no mesmo sentido da variação do rendimento (mas em menor proporção) e a segunda significa que um bem ou serviço será essencial quando a sua demanda variar em sentido contrário da variação do preço (mas em menor proporção). Contudo, estas elasticidades (reações da demanda em relação à variações do rendimento do consumidor e no preço de um bem ou serviço) não são fixas, sendo dinâmicas ao longo do tempo. Máscaras de proteção dos órgãos de respiração, produtos



COVID-19 Previsões e Medidas *Macroeconómicas*

O mundo caminha de forma acelerada ao fechamento quase que total (Lockdown) para se livrar do novo Coronavirus consciente das consequências da crise económica e social que estas medidas representam para um futura já à porta. As medidas mais comuns que se vão tomando, ao nível dos governos, são de fechamento de fronteiras, do comércio geral, isolamento e distanciamento sociais.

A graça desta luta seria o mundo livrar-se da pandemia do COVID-19 e depois tomar medidas urgentes para recuperar a economia ferida. O pior será a pandemia resultar numa guerra prolongada e acompanhada da crise económica que a Organização Mundial do Comércio (OMC) vaticina ser a pior que a de 2008.

CTA: Confederação das Associações Económicas de Moçambique

CTA antevê momentos difíceis para empresas e trabalhadores nacionais

A Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CT) prevê momentos difíceis para as empresas e trabalhadores nacionais, face a pandemia do coronavírus.

Citado pela Rádio Moçambique, o Presidente do pelouro da Política Laboral e Acção Social na CTA, António Sousa, disse que a economia nacional poderá sofrer mais baixas.

“Onde o planeta se debate contra uma

pandemia de implicações jamais vista na história da humanidade. Adicionada as recentes catástrofe das zonas centro e norte do país ocorridas no ano transacto e que impactaram a taxa de crescimento económico para somente em 2.2 por cento em 2019, estamos perante uma situação em que, novamente, as empresa moçambicanas enfrentam sérias dificuldades decorrentes desta pandemia. Prevemos assim

momentos muito difíceis para as nossas empresas e trabalhadoras. Estamos comprometidos com os esforços do governo, pois estamos conscientes que, neste momento, o mais importante é salvar vidas e assegurar a saúde pública”, disse o presidente do pelouro da Política Laboral e Acção Social na Confederação das Associações Económicas de Moçambique, CTA, António Sousa.

Banco de Moçambique

Redução das Taxas de Reservas Obrigatórias

Reunido em sessão extraordinária, o Banco de Moçambique (BM) deliberou reduzir em 150 pontos base os coeficientes das Reservas Obrigatórias em moeda nacional e em moeda estrangeira, com efeitos a partir do período de constituição, 7 de Abril de 2020.

Esta decisão visa libertar liquidez para o

sistema bancário enfrentar, com maior resiliência, os riscos crescentes decorrentes dos impactos macroeconómicos do COVID-19. Com esta alteração, o coeficiente de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional passa para 11,50% e, para os passivos em moeda estrangeira, passa para 34,50%.

O Conselho de Administração considera que as perspectivas de inflação para o médio prazo continuam favoráveis, porém, o agravamento do risco da pandemia COVID-19 exige que o sistema financeiro esteja suficientemente preparado, com liquidez necessária, para dar resposta célere aos possíveis efeitos negativos.

Medidas correctivas adicionais

Face a propagação do COVID-19 o novo coronavírus no país já com casos confirmados, o Banco de Moçambique (BM) decidiu introduzir linhas de crédito em moeda estrangeira para os bancos e relaxamento das condições de reestruturação dos créditos dos clientes bancários para a mitigação dos efeitos do COVID-19.

Num comunicado emitido à imprensa, o BM decidiu introduzir uma linha de financiamento em moeda estrangeira para as instituições participantes no Mercado Cambial Interbancário, no montante global

de 500 milhões de dólares norte-americanos, por um período de nove meses, a partir do dia 23 de Março de 2020.

Por outro lado, o BM decidiu também autorizar a não constituição de provisões adicionais pelas instituições de crédito e sociedades financeiras nos casos de renegociação dos termos e condições dos empréstimos, antes do seu vencimento, para os clientes afectados pela pandemia do COVID-19, com efeitos a partir do dia 23 de Março até 31 de Dezembro de 2020. Estas medidas reforçam as decisões

anteriormente tomadas e visam disponibilizar liquidez em moeda estrangeira e em moeda nacional para apoiar as empresas e as famílias a honrarem os seus compromissos, na sequência do agravamento dos riscos decorrentes dos impactos macroeconómicos do COVID-19.

O Banco de Moçambique reiterou que continuará a monitorar os indicadores económico-financeiros e os impactos macroeconómicos do COVID-19, e tomará as medidas correctivas adicionais sempre que for necessário.

Novas medidas Extraordinárias para mitigar os efeitos

Com impacto negativo a fazer se sentir em Moçambique, o Banco de Moçambique (BM) aprovou medidas extraordinárias, com a finalidade de mitigar os seus efeitos, a vigorar por um período de três meses a partir do dia 10 de Abril de 2020. No âmbito do Sistema de Pagamentos, às instituições de moeda electrónica, nomeadamente, e-Mola da operadora Movitel, M-Pesa da Vodacom e mKesh da Tmcel, o BM decidiu, no dia 30 de março de 2020, que passam a não cobrar encargos e comissões nas transferências de cliente para cliente até ao limite diário de 1.000,00 MT. O limite por transacção na carteira móvel foi ajustado de 25.000,00 MT para 50.000,00 MT. O limite diário para transacções na carteira móvel foi ajustado de 125.000,00 MT para 250.000,00 MT. O limite anual de transacções para os clientes de Nível I (*tier I*)

na carteira móvel é ajustado para 400.000,00 MT. As comissões e os encargos cobrados para os novos limites não devem ser superiores ao máximo do valor da tabela de preço em vigor.

Medidas tomadas no mesmo dia em que o Presidente da República, Filipe Nyusi declarou Estado de Emergência a vigorar de um a trinta de Abril de 2020, como medida de prevenção para a propagação do novo coronavírus, o BM anunciou que os Bancos comerciais passariam a não cobrar encargos e comissões para as transacções efectuadas através de canais digitais até ao limite diário de 5.000,00 MT, para clientes singulares, excepto para o levantamento em ATM.

Por outro lado, aos bancos comerciais e instituições de moeda electrónica foram reduzidas em 50% as comissões e os encargos nas transferências entre banco e

instituição de moeda electrónica, para clientes singulares e podem adoptar outras medidas visando o reforço do uso de meios de pagamento digitais.

No âmbito das provisões específicas, o BM decidiu que as instituições de crédito ficam dispensadas, até 31 de Dezembro de 2020, de constituir provisões específicas para crédito em moeda estrangeira.

No seu comunicado, o BM alertou que a adopção das medidas tomadas não isenta o cumprimento das normas e procedimentos relativos à prevenção e ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e continuará a monitorar o impacto da pandemia da COVID-19 na economia nacional e não hesitará em tomar qualquer medida adicional apropriada.

Incertezas na indústria petrolífera do país por causa do COVID-19

Numa altura em que Moçambique aproxima-se para a era de exploração do Gás na Bacia do Rovuma, 10 anos desde a primeira e a maior descoberta em 2010, registada até a data, de reservas de gás, bandeira de esperança para a rápida aceleração e recuperação económica de Moçambique, a pandemia de coronavírus coloca incertezas sobre os investimentos na indústria petrolífera do país.

As petrolíferas italiana ENI e a norte-americana ExxonMobil anunciaram, recentemente, oficialmente a renegociação de planos e o adiamento, sem prazo, da decisão final de investimento para o seu megaprojecto de gás natural na Área 4 no norte do país.

O adiamento deve-se à um corte em 2020 nas despesas de capital em 30% e nas despesas operacionais em 15% devido à queda dos preços do petróleo e derivados, provocada pelo excesso de oferta e baixa procura com a pandemia de COVID-19.

Em entrevista à agência Lusa, uma fonte da petrolífera italiana ENI disse que até finais de Abril corrente irão dar detalhes sobre a revisão do plano de negócios e os projectos afectados.

Entretanto, a petrolífera francesa Total mantém 2024 como ano de início de produção de gás natural no Norte de



Moçambique, apesar das incertezas que a covid-19 e o baixo preço do petróleo estão a provocar.

Segundo a nossa fonte, em Moçambique, a Total mostra-se muito empenhada em impedir que a covid-19 chegue ao projecto na península de Afungi e às comunidades circunvizinhas das obras de construção do megaprojecto de exploração da Área 1 de gás natural captado ao largo da costa de Cabo Delgado e canalizado para processamento

em terra.

O novo coronavírus, responsável pela pandemia da covid-19, já causou milhares de vítimas mortais em todo o mundo.

Depois de surgir na China, em Dezembro, o surto espalhou-se por todo o mundo, o que levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar uma situação de pandemia.

Covid-19: FMI adia visita a Maputo

O surto do novo Coronavírus obrigou o adiamento da visita de uma equipa técnica do Fundo Monetário Internacional à Maputo, que estava agendada para a segunda quinzena do mês de Março último, com vista ao início de negociações da retoma de financiamento directo ao Orçamento do Estado moçambicano.

Um contratempo para as aspirações do Governo moçambicano que se vê privado de fundos externos ao Orçamento do Estado desde Abril de 2016, altura em que os principais doadores suspenderam o apoio na sequência do escândalo da dívida pública.

No passado mês de Fevereiro, o Fundo



Ary Aisen, representante do FMI em Moçambique

Monetário Internacional recebeu um pedido formal do Executivo de Maputo para o início

das discussões em volta de uma possível retoma ao financiamento. Os encontros tinham sido agendados para a segunda quinzena de Março, mas devido ao surto do Covid-19 foram adiados.

Entretanto, o representante residente do FMI em Moçambique prevê um desfecho favorável para o Governo de Filipe Nyusi.

Ary Aisen falava à imprensa em Maputo, à margem do lançamento do Manual sobre Projeções Macroeconómicas em Moçambique, instrumento que servirá de base para a melhoria da planificação orçamental. In *"O País"*, 16/03/2020

COVID-19 compromete países mais pobres e FMI e Banco Mundial defendem perdão imediato da dívida externa

Estando em vista um impacto negativo severo à economia global, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) defenderam, no dia 25 de Março último, com efeito imediato, um perdão da dívida oficial bilateral dos países mais pobres, entre os quais Moçambique faz parte.

O Grupo BM e o FMI apelam a todos os credores oficiais bilaterais que suspendam os pagamentos de dívida dos países abrangidos pela Associação para o Desenvolvimento Internacional (IDA, na sigla em inglês) que assim o solicitem, como forma de ajudar estes países com necessidades imediatas de liquidez a lidarem com os desafios colocados pela pandemia do novo coronavírus e dar tempo para uma análise do impacto da crise e sobre as necessidades de financiamento para cada país.

O FMI e o BM acreditam que neste momento é imperativo fornecer um sentimento global de alívio aos países em desenvolvimento, bem como um forte sinal aos mercados financeiros.

Entretanto, a agência de 'rating' Moody's diz que o apelo do FMI e BM para perdoar juros de dívidas demonstra a gravidade do impacto financeiro e macroeconómico do choque global trazido pelo novo coronavírus e a urgência de garantir verbas contra esta

pandemia, sobretudo nos países mais pobres.

"O efeito combinado do fecho de fronteiras, perturbações no comércio global, declínio do preço das matérias-primas e a volatilidade dos mercados financeiros vai deteriorar as condições de crédito para muitos países africanos", avisam os analistas da Moody's citados pela Lusa.

Por seu turno, a Comissão Europeia defende uma "abordagem coordenada e global" para o perdão da dívida pedido por África devido aos efeitos da pandemia, reconhecendo as "consequências devastadoras" que a crise gerada pela covid-19 terá no continente africano. Para o efeito, segundo declarações da porta-voz do executivo comunitário para a cooperação internacional, Ana Pisonero, citada pela agência Lusa, "já existe um trabalho conjunto em curso pelo FMI e pelo BM para impor uma moratória na dívida para os países mais pobres" e a "a Comissão Europeia vai continuar a monitorizar o impacto da crise de forma próxima em cada país".

A organização não-governamental Fórum sobre a Dívida e o Desenvolvimento (Eurodad, no acrónimo em inglês) calculou que a dívida que os países mais pobres têm de pagar este ano é de 25,5 mil milhões dum total de 236 mil milhões de dólares da dívida africana calculada pela União Africana.

"Os cálculos do Eurodad baseados nos números do FMI e BM para os 76 países mais pobres para os quais há dados disponíveis, mostram que devem este ano 19,5 mil milhões de dólares a outros governos e a instituições multilaterais, e mais 6 mil milhões de dólares aos credores privados", lê-se numa nota do Comité para o Jubileu da Dívida citada pela nossa fonte.

Os ministros africanos, ainda em Março, pediram um perdão dos juros da dívida que seriam pagos este ano, mas numa segunda reunião, já no início de Abril, alargaram o pedido para um perdão de dívida total devido aos constrangimentos que o combate à pandemia da covid-19 acarreta para estes países, que enfrentam igualmente um forte desequilíbrio orçamental originado pela descida das matérias-primas e pelo consequente aumento do endividamento.

Banco de Moçambique reduz a Taxa de Juro de Política Monetária em 150 pontos base para 11,25%

Face a expressiva revisão em baixa das perspectivas de inflação para o médio prazo, num contexto de maior declínio da procura agregada em resultado do impacto da COVID-19 na economia doméstica e internacional, o Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique decidiu reduzir a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 150 pontos base (pb), para 11,25%.

Reunido no dia 16 de Abril de 2020, o CPMO decidiu, igualmente, reduzir as taxas da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) e da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em 150 pb, para 8,25% e 14,25%, respectivamente, e manter os coeficientes de Reservas Obrigatórias (RO) para os passivos em moeda nacional e em moeda estrangeira em 11,50% e 34,50%, respectivamente.

A presente projecção da inflação é substancialmente menor do que a efectuada em Fevereiro. A revisão em baixa da inflação decorre do declínio acentuado da procura interna, num cenário de prolongamento das medidas de restrição impostas pelo Estado de Emergência, bem assim das perspectivas de redução do preço do petróleo no mercado internacional. Em Março, a inflação anual de Moçambique desacelerou para 3,09%, após 3,55% no mês anterior.

As perspectivas de crescimento económico para 2020 deterioraram-se e os esforços de recuperação pós-ciclones retraem-se. Prevê-se que as consequências económicas da materialização da COVID-19 sejam severas, num cenário em que a economia moçambicana já se encontra debilitada em virtude dos efeitos dos ciclones Idai e Kenneth e da instabilidade militar nas zonas norte e centro do país. A combinação desses factores implicará contracções nas indústrias extractiva e transformadora, bem como nos sectores de transportes, comércio e serviços, hotelaria e restauração, ao todo

representando cerca de 58% do Produto Interno Bruto (PIB). As perspectivas de um bom desempenho na agricultura, sector com um peso médio de 25% no PIB, poderão não ser suficientes para amortecer os efeitos negativos nos restantes sectores da economia.

A política monetária tem espaço para continuar a apoiar as políticas do país na mitigação dos efeitos da COVID-19. As perspectivas de inflação continuam a melhorar e as reservas internacionais do país, no montante de cerca de USD 3.900 milhões, situam-se em níveis confortáveis para cobrir mais de 6 meses de importações.

Perspectiva-se maior pressão sobre a despesa pública. O recente alívio do serviço da dívida de cerca

de USD 15 milhões pelo Fundo Monetário Internacional, será redireccionado para o combate à COVID-19, mas as elevadas necessidades da economia poderão implicar maior pressão sobre a despesa pública, num contexto de contracção acentuada da receita pública. Desde a sessão do CPMO de Fevereiro, a dívida pública interna, excluindo contratos de mútuo e de locação e as responsabilidades em mora, aumentou de 155.256 milhões para 160.756 milhões de meticais, reflectindo, essencialmente, a emissão de obrigações do Tesouro.



Victor Gomes, Vice-Governador do Banco de Moçambique,

Para o horizonte de curto a médio prazo, aumenta a preocupação do CPMO em relação ao impacto da COVID-19 sobre a actividade económica. Assim, o CPMO continuará a monitorar os indicadores económico-financeiros, os factores de risco e o seu impacto sobre as perspectivas de inflação e a actividade económica, e poderá tomar as medidas correctivas necessárias antes da sua próxima reunião ordinária, agendada para o dia 17 de Junho de 2020.

Bancos assinam compromisso de gestão do numerário com o Banco Central

O Banco de Moçambique (BM) e as Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (ICSF) assinaram no dia 4 de Março de 2010, um Memorando de Entendimento para partilha de

responsabilidades na Gestão do Ciclo de Numerário com o objectivo de promover a eficiência na circulação de notas e moedas como meios de pagamento seguros e de boa qualidade.

O Memorando assinado pelo Governador do BM, Rogério Zandamela e 20 representantes de ICSF define como as áreas de intervenção das partes, a actuação, selecção, distribuição, o manuseamento e a verificação da

autenticidade do numerário e educação ao público.

Para o Governador do Banco de Moçambique, o acordo ajudará a modernizar a gestão do ciclo de numerário, promovendo maior eficiência, ao garantir que a selecção, a contagem, o transporte e a distribuição de notas e moeda do Metical sejam realizados correctamente e a baixo custo. Informou que em breve serão emitidos normativos apropriados para a operacionalização da divisão de responsabilidade.

Enquanto regulador e emissor, cabe ao Banco de Moçambique assegurar a integridade das notas e moedas do Metical

em circulação, acompanhar o nível da sua qualidade, bem como educar o público em matérias de manuseamento e conservação de notas e moedas.

As instituições financeiras e de crédito cabíveis seleccionar e verificar a autenticidade de um numerário, para se protegerem de perdas devido à contrafacção ou falsificação e garantir que as notas e moedas em circulação sejam genuínas e de boa qualidade.

Assinaram o memorando com o Banco de Moçambique as instituições de crédito sociedades financeiras que operam profissionalmente com numerário em Moçambique, nomeadamente, Standard

Bank, ABSA Bank Moçambique, Banco Internacional de Moçambique (BIM), Banco Comercial de Investimentos (BCI), Socremo-Microbanco, First Capital Bank, Cooperativa de Poupança e Crédito (CPC), Banco Société Générale Moçambique, African Banking Corporation Moçambique, Ecobank Moçambique, FNB Moçambique, Mybucks Mozambique, Moza Banco, Banco Mais, United Bank For Africa Moçambique, Banco Letshego, Banco Nacional De Investimento, Banco Único, Banco Big Moçambique, Bayport Financial Services Moçambique.

Moçambique discute regulação e supervisão da cibersegurança no sistema bancário nacional

O Banco de Moçambique reuniu-se, no dia 6 de Março de 2020, em Maputo, com representantes de instituições de crédito e sociedades financeiras que operam no país, visando discutir a temática da regulação e supervisão da cibersegurança no sistema bancário em Moçambique.

Durante o evento foram apresentadas diversas iniciativas regulamentares e de supervisão sobre a matéria, bem como foram obtidos subsídios que vão contribuir para o enriquecimento dos instrumentos que o banco central tem vindo a desenvolver, visando a prevenção e o combate aos *ciberataques*.

Na ocasião, o Governado do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela reconheceu que o risco cibernético é globalmente reconhecido como umas das ameaças de topo aos mercados financeiros, cujos incidentes cibernéticos tendem a crescer em frequência e sofisticação, impondo desafios acrescidos às instituições financeiras, aos reguladores e supervisores. Os custos económicos de tais eventos podem ser avultados e danificar, entre outros, a confiança dos depositantes, credores, investidores e do público em geral, na medida em que os cibercrimes podem minar a estabilidade do sector financeiro global.

Zandamela que discursava durante o encontro com os representantes da banca moçambicana, disse que os recentes eventos cibernéticos e a falta de consciência colectiva apurada sobre o que esta ameaça representa acentuaram as fragilidades existentes para a enfrentar, pelo que, uma maior consciencialização sobre a natureza dos riscos cibernéticos, suas fontes, implicações e formas de mitigação é o primeiro passo para nos protegermos contra esses eventos.

Apontou que, no contexto actual, a cibersegurança caracteriza-se pela crescente interdependência dos sistemas financeiros; enquadramento legal ausente ou embrionário, o que cria lacunas no exercício



das acções conducentes à supervisão, fiscalização e monitoria; carácter permanente e imprevisível dos ataques, o que obriga a uma vigilância contínua e de implementação complexa; e ausência de cooperação internacional efectiva para uma contenção bem-sucedida do cibercrime.

Perante este cenário, o Governador do Banco de Moçambique assinalou os desafios que o sistema financeiro, os supervisores e os reguladores têm de enfrentar, nomeadamente, os que decorrem do desenvolvimento tecnológico, do reforço do quadro regulatório e da reformulação das práticas de supervisão.

Para tal, do ponto de vista dos bancos, mostra-se necessário adoptar modelos de governação abrangentes do risco cibernético que permitam uma resposta tempestiva e adequada em termos de incidentes, *compliance* e cumprimento das regras prudenciais e reduzir a vulnerabilidade a incidentes de segurança, adoptando controlos específicos para o rastreamento de informação e garantia da segurança das instituições financeiras.

AMB e GIZ assinam memorando de entendimento para implementação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira



Doris Becker, representante da GIZ Moçambique e Teotónio Comiche, Presidente da Direcção da AMB

No âmbito de implementação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) 2016-2022, a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) e a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), assinaram, no dia 02 de Março de 2020, em

Maputo, um memorando de entendimento para assessoria na promoção da ENIF. Com base no memorando assinado, a AMB irá beneficiar-se de uma assessoria da GIZ através do Programa para o Desenvolvimento Económico Sustentável

em Moçambique (ProEcon III), que tem como objectivo apoiar as micro, pequenas e médias empresas (MPME) na adopção das melhores práticas para o crescimento inclusivo.

Por seu turno, a AMB tem por missão e objectivo, promover acções que contribuam para o progresso técnico, económico e social dos seus membros e a prossecução e defesa dos interesses destes perante entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

O memorando foi rubricado pelo Presidente e Vogal da Direcção da AMB, Dr. Teotónio Comiche e Dr. Camal Daude, respectivamente, e pela Doris Becker, representante da GIZ Moçambique.

O Programa para o Desenvolvimento Económico Sustentável em Moçambique (ProEcon III) é implementado pela GIZ e conta com financiamentos do Ministério Federal Alemão para Cooperação Económica e Desenvolvimento (BMZ).

Moçambique dispõe de Mapeamento dos Pontos de Acesso aos Serviços Financeiros

Foi oficialmente lançado, no dia 28 de Fevereiro de 2020, em Maputo, o Mapeamento dos Pontos de Acesso aos Serviços Financeiros, **uma ferramenta que visualiza as acções definidas na Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2016 - 2022.**

Trata-se de um estudo coordenado pelo Banco de Moçambique em parceria com as instituições financeiras, o Governo e outras entidades nacionais e estrangeiras.

É o georreferenciamento que é um processo que tem sido muito difundido em várias partes do mundo, face à sua extrema utilidade na determinação e delimitação de uma determinada área, demonstrando de forma clara como e onde se localizam os serviços.

Com esta técnica, passa a ser possível saber, com precisão, a localização dum determinado equipamento, dentro de um determinado território.

Se, antigamente eram utilizados mapas físicos para essa colecta de informações, hoje a tecnologia facilita esse trabalho, tornando essa tarefa mais fácil, rápida e prática porque permite manter a informação permanentemente actualizada.

Para a concretização deste feito, o Banco de

Moçambique celebrou um protocolo de cooperação com o Ministério de Transportes e Comunicações no quadro do Programa de Desenvolvimento Espacial.

Para a Associação Moçambicana de Bancos, a Estratégia de Inclusão Financeira estabelece objectivos muito claros sobre o seu desempenho, desde o grau de cobertura da rede bancária, número de clientes com acesso aos serviços financeiros e ainda a distância a ser percorrida para se ter acesso a estes serviços.

Como resultado do trabalho de

georreferenciação, as Instituições de crédito passarão a dispor, através da Plataforma GIS, de uma base robusta e fiável de distribuição dos pontos de acesso aos serviços Financeiros e de informação, em tempo real, sobre a sua representatividade, por região geográfica, nomeadamente sobre as quantidades e localização de Agências Bancárias, ATMs, POS e Agentes Bancários, o que lhes permitirá a tomada de decisões adequadas, em tempo oportuno, sobre a gestão dos seus negócios, bem assim sobre as acções a

desenvolver no âmbito de implementação das actividades definidas na Estratégia Nacional de Inclusão Financeira.

O lançamento oficial do Mapeamento dos Pontos de Acesso aos Serviços Financeiros foi formalmente, dirigido pelo Ministro dos Transportes e Comunicações e contou com a presença da Vice-Ministra da Economia e Finanças, do Governador do Banco de Moçambique, do Presidente da AMB, entre outras entidades.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS DE ACESSO PELOS 154 DISTRITOS DE MOÇAMBIQUE III TRIMESTRE 2019

É NUNÔME	679
Agentes Bancários	1.159
Agências Microbancos e Cooperativas de Crédito	63
Agentes Não Bancários (IME)	64.458
Representações	529
Delegações e Balcões	138
ATM	1 1.774
POS	35.441
TOTAL	104.241

Fonte: Banco de Moçambique

Ambiente macro-económico continua desafiante

Segundo dados divulgados pelo INE, o SPIB Real de Moçambique, calculado a preços constantes, cresceu 2,1% em 2019, uma desaceleração de 1,3 pontos percentuais face ao ano anterior. Este crescimento anémico, deveu-se essencialmente a menor vigor nos sectores da Agricultura e Indústria Extractiva, num contexto de redução dos preços internacionais dos principais bens de exportação (carvão mineral e alumínio), e adversidades climáticas que afectaram os níveis de produção na região centro e norte do país.

De acordo com análise do BIM, nos últimos anos (2016-19), verificou-se um crescimento em níveis de um dígito na esmagadora maioria dos sectores económicos, destacando-se a Agricultura (2,3%), Pescas (2,8%) e Indústria de Extractiva (7,2%) que representam mais de ¼ do Produto Interno Nacional. O fraco desempenho no período em referência, resultou dos efeitos da crise da dívida soberana, acumulação de atrasados internos, aperto da política monetária, redução dos fluxos de capitais externos, depreciação do Metical e calamidades naturais.

O crescimento do PIB, provavelmente, continuará lento, nos próximos trimestres, na sequência do ambiente externo menos favorável, resultante dos efeitos da propagação do Covid-19, com repercussões significativas no arrefecimento da procura global, diminuição dos preços das *commodities*, sobretudo do petróleo. A nível interno prevalecem os riscos associados a choques climáticos e regionais, volatilidade cambial, entre outros.

FMI elogia a recuperação do país pós ciclones Idai e Kenneth

O Director Geral-adjunto do Fundo Monetário Internacional (FMI), Tao Zhang, manifestou a sua satisfação pela recuperação de Moçambique dos efeitos dos ciclones tropicais Idai e Kenneth que assolaram o país no ano de 2019.

Segundo o Comunicado de Imprensa emitido pelo FMI no final da primeira visita a Moçambique Tao Zhang, 8 a 11 de Fevereiro de 2020, para que o crescimento acelere ainda mais e se torne mais inclusivo, é importante que as políticas económicas permaneçam prudentes e as reformas continuem. Isso incluiria acções para fortalecer a boa governação e a transparência, abordar as vulnerabilidades climáticas e alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Para o FMI, o sector de Gás Natural Liquefeito (GNL) em desenvolvimento no norte de Moçambique tem um potencial considerável e, dadas as políticas e salvaguardas apropriadas, poderia tirar milhões de pessoas da pobreza. Também ajudará a reduzir os gases de efeito estufa, embora os combustíveis de emissão zero sejam finalmente necessários na luta contra as mudanças climáticas.

O FMI comunicou que está pronto para



Tao Zhang, Director Geral-adjunto do Fundo Monetário Internacional (FMI)

fortalecer ainda mais sua colaboração com as autoridades moçambicanas e ajudar a avançar sua agenda de reformas.

Durante sua visita, Tao Zhang manteve encontro com o Presidente da República Filipe Nyusi, com os Ministros da Economia e Finanças Adriano Maleiane, do Recursos Minerais Max Tonela, com o Governador do Banco de Moçambique Rogério Zandamela entre outros altos funcionários e representantes do sector privado, sociedade civil e comunidade internacional.

Além disso, Zhang visitou um projecto de recuperação e resiliência à seca na área rural de Matutuine, financiada pelo Banco Africano de Desenvolvimento e um abrigo para idosos vulneráveis em Maputo.

Reino Unido anuncia financiamento de USD 83,6 milhões para Moçambique

O Governo do Reino Unido comprometeu-se, no âmbito da cimeira com África, que decorreu nos dias 20 e 21 de Janeiro de 2020, em Londres, a financiar, com 83,6 milhões de dólares, o empoderamento económico das mulheres em Moçambique, aumentar o acesso à energia doméstica e comercial e apoiar o sector agrícola. O país vai ainda beneficiar de parte dos 261 milhões de dólares destinados à Africa Austral, para reduzir as barreiras ao comércio e aumentar o investimento.

Na cimeira em que o país esteve representado ao mais alto nível pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, acordou-se “novas parcerias duradouras” entre o Reino Unido e os países africanos para gerar mais investimentos, empregos e crescimento.

Segundo “O País” na sua edição de 23 de Janeiro do ano em curso, em Moçambique, o Reino Unido vai injectar 2,6 milhões de

dólares para “elevar, significativamente, o trabalho sobre o empoderamento económico das mulheres”. O fundo destina-se a “expandir o trabalho”, segundo um comunicado do Alto Comissariado Britânico em Maputo, enviado ao “O País”.

Para aumentar o acesso à energia doméstica e comercial, através da inovação e investimento do sector privado, o Reino Unido anunciou um novo programa igualmente para Moçambique, orçado em cerca de 28,7 milhões de dólares.

Outros 52,3 milhões de dólares serão desembolsado a favor do país com vista a “ampliar o apoio ao sector agrícola nos próximos cinco anos”.

O Reino Unido vai disponibilizar outros cerca de 261 milhões de dólares, em sete anos, para a ajudar a África Austral a “aumentar os fluxos comerciais intra-africanos, reduzir as barreiras ao comércio e aumentar o investimento”.

AMB rende homenagem ao Dr. Mário Machungo

A Direcção e Membros Associados da Associação Moçambicana de Bancos (AMB) lamentaram com profunda tristeza e consternação o falecimento do Senhor Dr. Mário Fernandes da Graça Machungo, antigo Presidente da Direcção desta associação, ocorrido no dia 17/02/2020, em Portugal, vítima de doença, cujo funeral teve lugar no dia 24/02/2020.



Dr. Mário da Graça Machungo, Antigo Presidente da Direcção da AMB

Perante um Funeral Oficial de Estado dirigido pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, diversas entidades nacionais e estrangeiras renderam homenagem ao Dr. Mário Machungo que, para além da actividade política no Governo Moçambicano onde, entre outros cargos governamentais desempenhou a função de Primeiro-Ministro (1986-1994), se empenhou nas actividades económico-financeiras do país, em geral e da AMB, em particular, sob signo de inovação, desenvolvimento e inclusão.

Para Filipe Nyusi, o Dr. Mário Machungo foi um nacionalista convicto e um defensor acérrimo da independência económica e

política cuja entrega e determinação às causas da nação moçambicana são lições que devem permanecer com o povo. "Machungo é o mestre que soube imprimir no seu nome letras inapagáveis na história de Moçambique", frisou Filipe Nyusi.

Na AMB, usando o vasto conhecimento e experiência de gestor exímio, Dr Mário Machungo desempenhou com zelo e dedicação as funções de Presidente da Direcção para dinamizar e galvanizar a actividade da AMB e melhorar a sua interacção com as entidades governamentais e reguladoras, congéneres da região e dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Durante o seu consulado, Dr. Mário Machungo dedicou especial atenção à educação e inclusão financeira, em particular, ao papel reservado à AMB no âmbito de implementação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, o que reflectia a sua preocupação especial para com a temática da bancarização dos segmentos menos favoráveis e de baixa renda, bem assim, a educação e literacia financeira. Foi na sua liderança que a AMB criou o seu portal digital e boletim informativo AMBNewsletter de edição trimestral de conteúdos informativos e educativos sobre o sector financeiro, veículos de opiniões de especialistas relevantes da indústria financeira sobre temáticas da economia e do sector financeiro.

Devido ao seu carisma e conhecimento peculiar do país económico real e do sector financeiro, em particular, Dr Mário Machungo, enquanto Presidente da Direcção da AMB elevou o perfil da Associação, tornando-a um convidado incontornável nos fóruns de debate sobre a matéria económica-financeira.

A Direcção da AMB e os seus membros manifestam a profunda solidariedade a família enlutada e garante que continuará seguindo os seus ensinamentos e boas práticas que o Dr. Mário Machungo disseminou ao longo do seu mandato na liderança da AMB.

Chefe de Estado promete:

Consolidar e estabilizar o Sistema Financeiro do país

O Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi prometeu, continuar empenhado em consolidar a estabilidade macroeconómica e financeira através de acções que concorram para uma inflação baixa e estável e para a promoção de um sistema financeiro robusto e preparado para os desafios do futuro. Filipe, discursando momentos depois da sua

investidura a 15 de Janeiro último para o segundo mandato, disse que ao colocar o combate à inflação como uma das prioridades do governo, pretende-se continuar a criar um ambiente que favoreça a atracção do investimento directo nacional e estrangeiro. E pretende, sobretudo, reduzir o custo de vida dos cidadãos, em particular os que têm rendimentos mais baixos.

“Continuaremos a implementar políticas macroeconómicas mais prudentes, em particular na gestão das despesas e da dívida pública, aprimorando os mecanismos de monitoria, supervisão e gestão do risco fiscal e estabilidade do Metical”, acrescentou o Chefe de Estado.



Ficha técnica

AMBNewsLetter:

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos; **Dispensa de Registo** N.º.03/GABINFO-DEC/2015; Edição n.º 22, Março de 2020; **Coordenador**

Editorial: José Mussane (Secretário Geral da AMB); **Análise Económica:** Faisal Carsane (Assessor Económico da AMB); **Redacção, Fotografias e Maquetização:** Benjamin M. Chabualo (Assessor de Comunicação e Imagem da AMB); **Revisão:**

Anastácia Rosária; **Colaboração:** Leonardo Guambe; **Periodicidade:** Trimestral; **Distribuição:** Gratuita.

Contactos: 258-21310818; Móvel: 258-823207330.

E-mail: secgeral@amb.co.mz www.amb.co.mz

Maputo - Moçambique